

## O tamanho do desafio

AFFONSO CELSO PASTORE  
01/05/2016

Para começar a corrigir a enorme massa de erros cometidos por Dilma Rousseff, o eventual governo Temer precisará de todo apoio dos que comungam com os princípios expressos na "Ponte para o Futuro". A minha expectativa é de que as oposições se unam em torno das soluções para tirar o País da beira do abismo, e se lembrem de que os políticos pagarão nas urnas um custo muito alto caso não aceitem esse desafio.

O crescimento explosivo da dívida pública impõe uma grande tarefa no campo fiscal, que não se limita a o controle de gastos e receitas primárias do governo central. Quando o governo FHC federalizou a dívida dos Estados, colocou-o sem uma camisa de força impedindo o acesso a empréstimos e, em caso de descumprimento, haveria punição de reter os repasses do fundo de participação de Estados e municípios. Mas o governo Dilma deu o mau exemplo – seguido pelos Estados – de elevar desordenadamente os gastos. Com isso, vários Estados chegaram ao extremo de não ter recursos nem sequer para pagar os salários de funcionários e de aposentados, que cresceram fortemente nos últimos anos. Inicialmente, buscaram uma renegociação com a união, mas quiseram mais, obtendo de juízes de primeira instância mandato de segurança que os autoriza a recalcular a sua dívida usando juros simples. Mas mesmo que o STF rejeite o pleito, no que acredito, a situação caótica dos Estados dificilmente evitará que o governo federal lhes ofereça um novo alongamento de prazos da dívida. Infelizmente, o descumprimento de um contrato gera a expectativa da ocorrência de novos descumprimentos, estimulando os Estados a continuarem gastando acima de seus meios, agravando ainda mais o problema fiscal.

Com a dívida bruta do País se aproximando de 70% do PIB, seriam necessários superávits primários que, num rasgo de extremo otimismo, deveriam ser no mínimo de 2,5% do PIB. Mas atualmente temos déficits primários recorrentes de 2% do PIB, com um crescimento acelerado das despesas primárias convivendo com uma receita em queda. Com as despesas discricionárias sendo uma pequena parcela das despesas totais, o ajuste somente pode ser obtido com o controle das despesas obrigatórias – as que têm a proteção de leis ou da constituição. Uma das reformas necessárias é a da Previdência, estabelecendo a idade mínima de aposentadoria. Ela é fundamental para sinalizar o caminho a seguir, mas não é capaz, sozinha, de mudar o quadro fiscal nos próximos anos, e por isso são necessários outros cortes.

É aqui que começa o verdadeiro problema. Na última semana, um respeitado defensor do progresso obtido na distribuição de rendas, o economista Ricardo Paes de Barros, indicou que a Bolsa Família está inchada, e que os mesmos resultados podem ser obtidos com gastos menores, mas a economia com essa reforma, embora crucial, será muito pequena. Outros ganhos decorreriam, por exemplo, de uma volta atrás no Simples Nacional, e mais ainda seria obtido caso revogássemos o restante das desonerações da folha de trabalho. Usei esses exemplos não pela sua importância quantitativa, mas para ilustrar que a obtenção de cada um desses pequenos ganhos ocorrerá à custa de protestos por parte dos grupos beneficiados. Uma alternativa é evitar disputas com grupos localizados aprovando no Congresso uma DRU turbinada, que por algum tempo aumentaria o poder de cortar gastos obrigatórios, mas mesmo

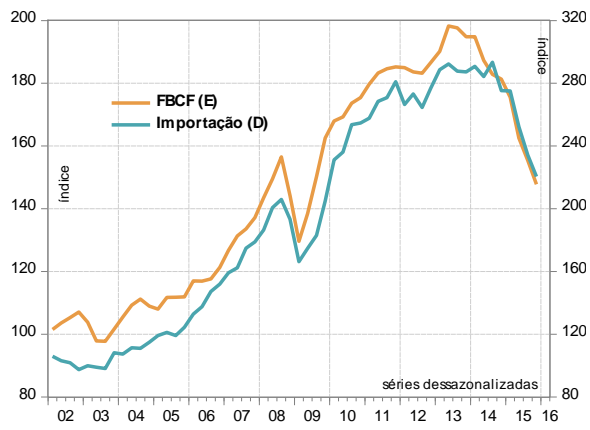
nesse caso a resistência deverá ser grande. Aumentar gastos é música aos ouvidos dos políticos e removê-los, como é necessário agora, é um pesadelo. Além de ter a capacidade política de convencer a sociedade de que os benefícios recebidos por alguns foram exagerados e injustos, o governo precisaria de grande suporte político.

Governos não podem decidir sobre a distribuição de incentivos (gastos) apenas em função dos votos, como foi feito nos últimos anos. Têm de olhar para os benefícios que os gastos proporcionam para a sociedade como um todo e, desde que não cometam injustiças, não podem se amedrontar e deter as reformas necessárias diante de protestos. Essa é a grande mudança de atitude política que se espera do governo, caso queiramos ter alguma esperança de reconquistar a capacidade de crescer. Precisamos reduzir os níveis absolutos de pobreza no País, mas não podemos inibir o crescimento e levando os riscos vindos do descontrole fiscal.

O tamanho do ajuste fiscal necessário mostra que, diante das inevitáveis pressões em contrário, somente poderemos progredir muito lentamente. Há quem conte com elevadas receitas de concessões, e se anime com uma grande surpresa vinda da repatriação de capitais. Mas tais ganhos serão apenas momentâneos. O ajuste requer mudanças nas despesas e receitas recorrentes, e por isso a passagem dos déficits para superávits primários deverá ser muito lenta, com a relação dívida/PIB ainda crescendo por muitos anos. E para que o forte crescimento da dívida não provoque aumento dos riscos, com graves consequências sobre a economia, deverá existir a confiança de que há suficiente suporte político para prosseguir no ajuste.

Mas o problema fiscal não é o único. Mesmo sem explicitamente elevar as tarifas sobre importações assistimos ao fechamento da economia com programas sem nenhum sentido, como o Inovar Auto, que provocou investimentos que apenas elevaram a capacidade ociosa no setor automobilístico, e nos envolvemos na aventura de criar um grande produtor nacional de equipamentos para a exploração de petróleo no pré-sal – a Sete Brasil –, quando os equipamentos importados seriam muito mais baratos. Isso provocou um desastre semelhante ao provocado pelo general Geisel, quando quis criar artificialmente um gigantesco parque produtor de bens de capital. Ninguém pode se surpreender que com erros como esses a produtividade total dos fatores esteja em franco declínio, jogando para baixo o crescimento do PIB potencial.

Abrir a economia é importante porque, contrariamente ao pensamento de muitos, o grande benefício das exportações não é o de gerar superávits comerciais, mas sim permitir o aumento das importações. No Brasil, os investimentos em capital fixo dependem fortemente das importações, o que é comprovado pelo paralelismo entre as duas séries mostradas no gráfico ao lado elaborado com base nos dados das contas nacionais. Ao abrirmos a economia, elevamos exportações e importações, e o aumento destas últimas é necessário para o aumento dos investimentos em capital fixo e da produtividade total dos fatores. É necessário que o governo assuma uma nova atitude com relação ao setor externo – na direção da abertura –, e cabe aos grupos de interesse, que se encastelaram em torno de um protecionismo excessivo, convencer-se de que nem tudo o que é bom para eles é bom para o País.



Copyright Grupo Estado. Todos os direitos reservados.